

direito penal

@beatriznamiestudies

↳ **lei penal no tempo:** a nova lei benéfica retroage até mesmo p/ aqueles casos que já transitaram em julgado.

A **lei posterior**, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, inclusive se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

▷ **art. 26, p.ú. CP** → semi imputável → redução de $\frac{1}{3}$ a $\frac{2}{3}$

▷ **participação de menor importância:** diminuição de $\frac{1}{6}$ a $\frac{1}{3}$

↳ **concurso de pessoas:** não exige ajuste prévio de condutas, apenas liame subterivo, vínculo psicológico entre autor e partícipe.

* o autor tem o domínio do fato

importante → são reduzidos pela metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, AO TEMPO DO CRIME, menor de 21 anos e maior de 18, ou era na data da sentença, maior de 70 anos.

↳ **art. 115 CP**

* **a pena de multa prescreve em 2 anos**, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

O CP estabelece ainda a **desinternação ou a liberação** do agente inimputável, pelo juiz, será sempre condicional.

↳ prazo de 1 ano p/ demonstrar se ainda tem periculosidade, ele voltará a cumprir sua medida de segurança.

* **condicional = condição**

↳ o agente foi liberado com a

condição de demonstrar em até um ano se oferece periculosidade ou não.

erro:

@beatriznamiestudies

- erro sobre a ilicitude do fato: erro de proibição

- erro sobre os elementos do tipo: erro de tipo

- ↳ o erro de tipo exclui o dolo, mas pode excluir a culpa se o erro de tipo for inevitável. Se o erro for evitável exclui somente dolo e responde por culpa.

- ↳ cabe erro de tipo nos crimes omissivos impróprios

- ↳ discriminante putativa - erro de tipo permissivo

Ao agente provocador que atua dolosamente deverá ser imputado, na forma dolosa, o crime cometido pelo provocador. Já o agente provocado ficará impune, desde que escusável o seu erro.